

## política

## PAINEL

Fábio Zanini  
painel@ufolha.com.br

## Cocar

A pasta dos Povos Indígenas até agora se preocupou muito mais com festas e viagens internacionais da ministra Sônia Guajajara do que com a atuação em favor dos povos originários, diz o escritor e ativista Daniel Mundurucu. Exemplo disso, segundo ele, seriam os problemas de desnutrição que seguem ocorrendo entre os yanomamis. Para o ativista, o "etnocídio" no país prossegue. "Dessa vez, vindo, ou pelo menos sendo aceito, de onde a gente menos espera", afirma.

**PASSOS** Mais cedo, diante de críticas, o ministério havia publicado no X que concordava com a atuação dos yanomamis em áreas dedicadas, mas cita avanços como aumento de 40% no número de profissionais atuando no território da etnia, além de queda na área desmatada para abertura de novos garimpos.

**BANIDO** A CGU destituiu o advogado Luciano Mussé, ex-gerente de projetos do MEC na gestão Jair Bolsonaro (PL), por envolvimento no escândalo de pastores suspeitos de operar um balcão de negócios na pasta. Ele já havia sido exonerado em 2022, mas agora não poderá também exercer função pública por oito anos.

**LEÃO DE CHÁCARA** Segundo a Controladoria, Mussé compunha a equipe dos pastores que cobravam propina de representantes de municípios para liberação de verbas do ministério. "O indiciado foi descrito por testemunhas como uma espécie de segurança dos pastores", escreve o órgão.

**MEGAFONE** O PT intensificou a campanha para que Benedito Mariano, ex-convulso da política de SP, seja nomeado Secretário Nacional de Segurança Pública na gestão de Ricardo Lewandowski no Ministério da Justiça. Nesta sexta (12), ele ganhou apoio do ex-ministro Tasso Geronzi. Antes, o setor de segurança do PT já havia respaldado seu nome.

**HISTÓRICO** Mariano, atualmente secretário de Segurança de Diadema (SP), é um dos principais formuladores do PT no tema e coordenou o programa de governo setorial de Lula. Ele fez críticas à gestão de Flávio Dino na área.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

## Cláudio



## GRUPO FOLHA

## FOLHA DE SP PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222  
Circulação: circulaçao@grupofolha.com.br | 0800-015-9000  
Assinatura ao assinante | (11) 3224-3050 | 0800-775-8080  
Assine a Folha | assin@folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL  
PLANO MENSAL

	Digital limitado R\$ 29,90	Digital Premium R\$ 44,90
Verba avulsa	seg. a sáb. R\$ 8,90	dom. R\$ 11,90
Assinatura semestral*	R\$ 11,90	R\$ 13,90
Assinatura anual*	R\$ 23,80	R\$ 27,80
Assinatura trienal*	R\$ 35,70	R\$ 41,70

\*O valor varia de acordo com o plano de assinatura. Consulte o site.

## CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IV)

795.805 exemplares (novembro de 2023)



O presidente Lula (PT) se reúne com seus ministros no Palácio do Planalto. Ricardo Tuckert - 8 jan. 24, (Divulgação/Presidência)

## Alto escalão de equipes de ministros de Lula tem 2 homens para cada mulher

Origem acadêmica se destaca entre servidoras nesses cargos; diversidade de gênero no governo Bolsonaro era ainda pior

Angela Pinho

**SÃO PAULO** Apesar de ter avançado na diversidade de gênero em relação ao governo Jair Bolsonaro (PL), a gestão Lula (PT) mantém predominância masculina no alto escalão de seus ministérios. Segundo o Censo de 2022, apenas 31% das chefias de ministérios são ocupadas por mulheres. O discurso sobre a diversidade de gênero nos ministérios foi reforçado nesta quinta-feira (12) no anúncio de Ricardo Lewandowski como futuro ministro da Justiça e Segurança Pública.

Lula disse que a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, cobraria a nomeação de mulheres na pasta. O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) respondeu que faria isso "com certeza". Para obter uma radiografia do alto escalão do governo federal, a Folha analisou o perfil dos 299 nomes de ocupantes dos cargos comissionados de nível hierárquico, segundo dados do Portal da Transparência de dezembro.

Completam o grupo os auxiliares mais próximos de cada ministro ou ministra. São, em regra, secretários executivos (os números 2 das pastas), secretários de áreas temáticas, alguns assessores especiais e presidentes de órgãos — por exemplo, o Ibama ou o Inep. Eles ocupam os chamados postos de natureza especial e as funções de cargos e comissionados executivos 1,2,7 e 1,8, os mais altos da administração. Diferentemente de cargos comissionados de baixo e médio escalão, essas funções não precisam ser exercidas por servidores de carreira, o que, em tese, dá ao ministro maior autonomia para escolher sua equipe com base em suas próprias prioridades.

Apesar disso, não consideramos cargos com mandato como os de conselheiro do Cadê (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O grupo analisado tem 69%

de homens e 31% de mulheres. No total, 37% se graduaram em instituições de ensino dos Estados de Minas Gerais (7%), São Paulo (25%), Rio de Janeiro (13%) ou Distrito Federal (11%).

A população brasileira como um todo é composta por 48,5% de homens e 51,5% de mulheres, segundo o Censo de 2022. Nessas quatro unidades da federação estão 41% dos habitantes do país.

As universidades com maior parcela de egressos no alto escalão, considerando a graduação, são USP (9%), UnB (9%), UFPA (4%), UFMG (4%) e Unicuc, particular no DF, com 3%.

Quando se observamos cursos, os mais frequentes são direito (25%), economia (18%) e engenharia (16%).

A predominância de homens no alto escalão dos ministérios não é uniforme em toda a Esplanada.

Em 7 das 38 pastas, ocorre o contrário: Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos, Educação, Controladoria-Geral da União, Povos Indígenas e Desenvolvimento Social.

Com exceção da CGU, 6 dessas pastas são da área social, o que vai ao encontro de outros estudos que mostram a maior presença de mulheres em cargos de chefia nesse setor. No Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, há igualdade de participação feminina e masculina no alto escalão. Nas 32 demais pastas, além da Presidência, o predomínio é masculino.

Nesse grupo, destacam-se cinco ministérios sem mulheres no alto escalão: GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Cidades, Minas e Energia, Trabalho e Previdência — comandados, respectivamente, por militar e políticos do MDB, PSD, PT e PDT.

Chefiadas por dois dos auxiliares mais próximos de Lula, as pastas da Fazenda e da Justiça também estão entre aquelas com menos diversi-

dade de gênero no alto escalão, segundo os dados do Portal da Transparência.

O ministério de Fernando Haddad (PT) tem nove homens no nível hierárquico mais elevado. Tatiana Rosita, secretária de Assuntos Econômicos Internacionais, e Anelise Ruas de Almeida é procuradora-geral da Fazenda Nacional — órgão também ligado à AGU — são as mulheres no topo em cargos da pasta.

Em nota, a pasta afirma que a igualdade de gênero e a inclusão de grupos excluídos são prioridades e destaca a criação da Assessoria de Participação Social e Diversidade.

Com oito homens e uma mulher no alto escalão até a folha de pagamento mais recente divulgada, a pasta comandada por Flávio Dino (PSB) citou, por meio de nota, a nomeação de mais uma servidora, Estela Aranha, para a recém-criada Secretaria de Direitos Digitais.

O ministério também citou a presença de mulheres em postos intermediários de direção como exemplo da preocupação da gestão com o tema, da mesma forma que fez a pasta de Minas e Energia.

Embora contraste com o discurso do governo Lula em prol da diversidade de gênero, a sub-representação de mulheres no alto escalão dos ministérios já foi pior.

Estudo de Luana Pinheiro, então no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostrou que, em 2022, durante o governo Bolsonaro, as mulheres eram apenas 22,7% dos cargos DAS 6, então correspondentes em regra aos de secretários, e 14% entre os de natureza especial.

Analisar série histórica desde 1999, ela observou crescimento na presença feminina entre os DAS 6 no período de 2020 até a crise que levou à queda de Dilma Rousseff (PT), quando chegou ao ápice de apenas quase um quarto dos cargos.

Continuar na pag. A10

7

69%

57%

7